



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO
2014-2016

Maputo, Junho 2013

LISTA DE ABREVIATURAS

AGO	Apoio Geral ao Orçamento
AT	Autoridade Tributária de Moçambique
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CPI	Centro de Promoção de Investimentos
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MDG	<i>Millennium Development Goals</i> (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio)
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MINAG	Ministério da Agricultura
MIREM	Ministério dos Recursos Minerais
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
NUIT	Número de Identificação Tributária
OE	Orçamento do Estado
PAPs	Parceiros de Apoio Programático
PARP	Plano de Acção para a Redução da Pobreza
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
POP	Planificação e Orçamentação por Programa
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PNISA	Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário
PSI	<i>Policy Support Instrument</i>
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SADC	<i>Southern African Development Community</i> (Comunidade para Desenvolvimento da África Austral)
UGB	Unidade Gestora Beneficiária

ÍNDICE GERAL

RESOLUÇÃO Nº /2013	1
II. EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA MACROECONÓMICA INTERNACIONAL	5
III. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS	10
3.1. Produto Interno Bruto (PIB).....	10
3.2. Projectos Estruturantes.....	11
3.3. Inflação	16
IV. ENVELOPE DE RECURSOS.....	21
4.1. Receitas do Estado	22
4.2. Recursos Externos.....	23
V. AFECTAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS.....	24
4.3. Critérios de Afectação de Recursos	26
4.4. Despesas de Funcionamento.....	27
4.5. Despesas de Investimento	29
4.6. Afectação de recursos para dinamização sustentável da economia nacional.....	30
4.6.1. Programas de Promoção de Desenvolvimento Económico	31
4.6.2. Programas de promoção do desenvolvimento social.....	33
4.6.3. Outros Programas de Dimensão Estratégica	35
4.7. Despesas de Investimento de âmbito Central	35
4.7.1. Despesas de Investimento de âmbito Provincial e Distrital.....	35
4.8. Outras despesas relevantes.....	36
4.9. Resumo da Afectação de Recursos	37
4.10. Análise dos Riscos Fiscais.....	38
IV. Considerações Finais.....	40
Anexos	41

Índice de Tabelas

Quadro 1. Taxas de Crescimento Mundial e das Principais Economias	7
Quadro 2. Taxas de crescimento do comércio (variação percentual)	9
Quadro 3. Taxas de Inflação e Tendência de Preços Internacionais	10
Quadro 4. Principais Indicadores Macroeconomicos de Moçambique	11
Quadro 5. Previsão da Contribuição Sectorial no PIB	11
Quadro 6. Projectos Estruturantes que Contribuirão para o Crescimento do PIB	15
Quadro 7. Evolução da Conta Corrente	19
Quadro 8. Resumo de Envelope de Recursos	22
Quadro 9. Evolução das Recursos Internos.....	23
Quadro 10. Recursos Externos	24
Quadro 11. Compromissos e Desembolsos da Ajuda Programática (AGO + Fundos Comuns)	24
Quadro 12. Despesas Sectoriáveis e Não Sectoriáveis	25
Quadro 13. Classificação Económica da Despesa	28
Quadro 14. Resumo da Classificação Económica da Despesas de Funcionamento	29
Quadro 15. Despesas de Investimento	30
Quadro 16. Despesas de Investimento Distrital	36
Quadro 17. Encargos Gerais e Operações Financeiras	37
Quadro 18. esumo da Distribuição do Total da Despesa	37
Quadro 19. Mapa de Equilíbrio Orçamental	38

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Índice mundial de preços de cereais e de matéria-prima agrícola	8
Gráfico 2. Preço de Petroleo (USD/Barril)	8
Gráfico 3. Taxa de Inflação Média Anual.....	17

CONSELHO DE MINISTROS

RESOLUÇÃO Nº /2013

DE__DE_____

O Cenário Fiscal de Médio Prazo é um instrumento rolante de planificação e orçamentação de médio prazo, através do qual são organizadas, actualizadas e apresentadas as opções estratégicas adequadas para materializar as grandes linhas do Programa Quinquenal do Governo 2010-2014.

Havendo necessidade de garantir que o processo de planificação e orçamentação nos anos de 2014 a 2016, tenha no Cenário Fiscal de Médio Prazo um instrumento orientador na afectação de recursos, ao abrigo do n.º 4, do artigo 210, da Constituição da República, determino:

Artigo 1: É aprovado o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2014-2016.

Artigo 2: Na elaboração do Orçamento de Estado de 2014 devem ser observados os limites globais estabelecidos no CFMP 2014-2016, salvo se houver alterações nos pressupostos macroeconómicos.

Artigo 3: Havendo mudanças conjunturais e estruturais nos anos subsequentes, o CFMP será revisto de modo a ajustar-se à nova realidade, e as alterações efectuadas deverão ser tomadas em consideração no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento do Estado (OE).

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos de Maio de 2013

Publique-se

O Primeiro-Ministro

Alberto Clementino António Vaquina

I. INTRODUÇÃO

1. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação que faz a previsão da despesa pública, bem como dos recursos financeiros disponíveis, a nível global e sectorial, num horizonte temporal de médio prazo. É rolante e sujeito a uma actualização anual, no contexto do ciclo orçamental, para reflectir as mudanças conjunturais e estruturais do momento.
2. Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do Regulamento do SISTAFE, *“o CFMP é um elemento condicionante no processo de elaboração do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado. É um instrumento de base na programação e gestão de recursos financeiros cujos objectivos são de apresentar as opções de política económica do Governo no médio prazo, estabelecer a previsão de recursos disponíveis para financiar a despesa pública e estabelecer uma ligação consistente entre os objectivos e prioridades do Governo e o uso de recursos no Orçamento do Estado”*.
3. Assim, dadas as suas opções estratégicas direccionadas à materialização das grandes linhas constantes no Programa Quinquenal do Governo (PQG), o CFMP é um instrumento fundamental no processo de preparação do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) para o próximo exercício económico.
4. O CFMP contribui para o alcance de uma política fiscal mais estável, através da afectação criteriosa de recursos por aéreas prioritárias e da aplicação mais eficiente e efectiva dos recursos financeiros na prestação de serviços públicos. Em conformidade com estes princípios, os objectivos do CFMP são:
 - A melhoria da situação macro-fiscal e dos equilíbrios macro-económicos em geral, com base num quadro de recursos consistente e realista, o que implica défices públicos controlados, situação económica melhorada e uma maior estabilidade das finanças públicas;
 - A melhoria da afectação dos recursos orçamentais pelos sectores e território segundo as prioridades estratégicas de crescimento e de redução da pobreza;

- Maior previsibilidade na disponibilização dos recursos financeiros, viabilizando assim uma melhor programação sectorial e contribuindo para a sua sustentabilidade, através da fixação dos tectos orçamentais visando o uso mais eficiente dos recursos financeiros.
5. O CFMP 2014 – 2016 tem a particularidade de dar continuidade ao processo de resgate da visão territorial para o nível provincial, iniciado no exercício passado, e, nesta base, atribuir limites globais para as componentes de bens e serviços e investimento, quebrando assim o ciclo de planificação por Unidade Gestora Beneficiaria (UGB) e melhorando a implementação da metodologia de Planificação e Orçamentação por Programas (POP). Para o nível central, mantem-se a linha de programação do CFMP 2013 - 2015.
 6. No CFMP anterior a este, a afectação de recursos foi de certa forma ainda influenciada pela crise financeira mundial e pelo aumento acentuado dos preços de combustíveis e de cereais. Dados actuais mostram um abrandamento da crise financeira mundial com crescimento moderado para as principais economias no período em análise. Apesar das melhorias, a afectação de recursos para a realização de despesas para os próximos três anos terá ainda em conta a actual crise que se manifesta através da redução da procura global por produtos primários o que consequentemente, afecta a economia doméstica no geral.
 7. A necessidade de colmatar os efeitos da crise financeira e a instabilidade nos preços de combustíveis e cereais resulta em restrições na disponibilidade de recursos para a realização de algumas despesas sectoriais, visto que se dá primazia às prioridades nacionais relativamente às sectoriais, provinciais e distritais.
 8. Face aos desafios que se prevê que o país venha a enfrentar, o envelope total de recursos passa de 174.9 mil milhões de Meticais¹, para 190,2 mil milhões de Meticais, de 2013 para 2014. Esta variação corresponde a um crescimento nominal de 8.7 %. A afectação de recursos para as despesas de funcionamento toma em conta a necessidade de continuar a acomodar, entre outras, as políticas salarial e de subsídio aos preços bem como a amortização da dívida interna e externa. As despesas de funcionamento incluem ainda a implantação dos novos distritos e de novas autarquias facto que acontecerá como resultado das eleições previstas para finais de 2013, e, as eleições gerais de 2014.

¹ Valor estipulado na Lei Orçamental de 2013.

9. A afectação das despesas de investimento baseou-se na metodologia de orçamentação por programa. Assim, as actividades de investimento estão organizadas por programas mediante uma categorização hierárquica conforme o impacto de cada um, na materialização das grandes linhas de intenções patentes no PQG e no PARP.
10. Para a afectação de recursos dá-se maior primazia à realização das acções inseridas nos programas categorizados como estratégicos² com impacto directo na vida da população. Assim, as despesas de investimento tomam em consideração, entre outras, os projectos que concorrem para o alcance dos objectivos do PARP, designadamente: 1) Aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira; 2) Promoção do Emprego, e 3) Desenvolvimento Humano e Social; o plano de reconstrução pós cheias; a resposta nacional ao combate ao HIV- SIDA; e, o financiamento ao Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF). Assim, a programação é feita numa perspectiva de maior descentralização de recursos e de afectação de recursos para a concretização de empreendimentos estruturantes.
11. O CFMP 2014-2016 apresenta as prioridades estratégicas e os limites globais de despesa que orientam o estabelecimento de limites globais indicativos para os Órgãos e Instituições do Estado, nos diferentes níveis, para as despesas de funcionamento e investimento. Durante processo de definição de limites indicativos sectoriais, é observada a necessidade e a possibilidade de ligação e integração de acções sectoriais que concorram para a materialização dos mesmos objectivos.

² São considerados estratégicos os programas cruciais e de natureza imprescindível para garantia dos serviços mínimos e vitais do país. Destacam-se nesta categoria a Produção Agrária, Acesso à Justiça, Electrificação rural; Educação Primária; Ensino Técnico Profissional; Construção e Reabilitação de Estradas e Pontes, Provisão de Água e Saneamento; Investimento Distrital; Desenvolvimento Rural; Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças, entre outros.

II. EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA MACROECONÓMICA INTERNACIONAL

12. Com relação ao cenário mundial, é importante salientar que, mesmo num contexto de baixo crescimento, não se considera um cenário de intensificação da crise económica que hoje se concentra nos países desenvolvidos. Isto ocorre apesar da perspectiva de deterioração do crescimento global devido aos riscos associados ao processo de desalavancagem financeira que ameaça a estabilidade financeira global.
13. Nesse contexto, observa-se que a economia mundial atravessa uma fase de incertezas, apresentando sinais de que o processo de recuperação tenderá a ser longo e gradual. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, permanece elevada a chance de que restrições às quais hoje estão expostas diversas economias maduras, se prolonguem por um período de tempo maior do que era previsto anteriormente nas suas projeções. Por exemplo, nos países da Zona do Euro, estima-se que o cenário de restrição fiscal se estenderá para os próximos anos, visto que não há espaço suficiente para utilização de políticas monetárias. Assim, qualquer que seja a alternativa escolhida para a saída da crise europeia, o processo de ajuste será lento e oneroso.
14. Como corolário da actual conjuntura, previsões recentes do Fundo Monetário Internacional apontam para um abrandamento do crescimento da economia mundial, em 2013. Para o ano 2014 prevê-se um crescimento na ordem de 4.1%. A alta perspectiva macroeconómica destas economias deve-se ao impacto favorável sobre a confiança dos mercados financeiros e da actuação das instâncias europeias em resposta à crise da dívida soberana.
15. De facto, a percepção de uma diminuição dos riscos em torno de uma propagação da crise da dívida soberana na área do euro e consequente crise no sistema bancário, traduziu-se na diminuição dos prémios de risco soberanos, numa maior apetência dos investidores à exposição ao riscos e na redução da volatilidade dos principais mercados bolsistas internacionais.
16. Entre 2013 e 2014, o conjunto das economias avançadas deverá continuar a expandir a taxas médias moderadas (1,6%, em termos médios nos dois anos), a economia americana segue um ritmo de crescimento moderado, com uma expectativa, para os próximos anos, de retorno, e talvez de melhoria, das condições de produção, consumo e emprego existentes no período de

pré-crise de 2008. Um dos indicadores que mostra a possível evolução positiva da economia americana é a trajetória declinante da taxa de desemprego. Além disso, deve-se salientar o aumento de renda com conseqüente melhora em indicadores de confiança dos consumidores e o aumento do consumo nacional.

17. Com relação às economias emergentes, dois aspectos importantes merecem destaque: (1) desaceleração no seu ritmo de crescimento econômico, apesar da manutenção da elevada procura interna destes países; neste contexto, são exemplos países como China e Índia, que passam a ter taxas menores de crescimento refletindo o impacto, via comércio mundial, do menor crescimento dos países desenvolvidos (Estados Unidos e União Europeia); e (2) incremento do seu papel no crescimento mundial; neste caso, países como o Brasil, que possuem destaque na exportação de commodities³, são beneficiados pelo aumento da demanda por estes bens. Assim, espera-se que o PIB aumente em média em 5.7%, no período em análise.
18. Ao se analisar as perspectivas dos países da Zona do Euro, dos Estados Unidos e das economias emergentes, observa-se que o ritmo de crescimento mundial será lento, gradual e diferenciado entre as regiões e entre os países. Nesse contexto, cabe destacar o incremento da participação, no PIB mundial, dos países emergentes em detrimento da participação dos países desenvolvidos⁴. Contudo, o maior crescimento dos países emergentes não levará a uma alteração na estrutura do poder político-econômico mundial, dado que se espera uma manutenção da hegemonia do bloco EUA/UE em comparação com o bloco composto pelos países asiáticos.

³ Com relação aos preços de commodities, alguns factores contribuíram para os elevados preços internacionais, especialmente, a partir do fim do ano de 2011, a saber: (1) ampliação da liquidez global; (2) divulgação de indicadores económicos relativamente favoráveis em importantes economias; (3) redução da aversão ao risco nos mercados financeiros; e (4) ocorrência de adversidades climáticas em regiões produtoras (BCB, 2012).

⁴ De acordo com o FMI (2012a), nos próximos anos, a economia mundial crescerá de forma lenta, com crescimentos não homogêneos entre as regiões. Enquanto algumas economias, especialmente a Europa, ainda estarão sofrendo as conseqüências das reformas e das iniciativas tomadas no auge da crise, tais como arrochos fiscais e medidas de maior austeridade para compensar a queda expressiva de receita nos países com maiores déficits governamentais, outras economias, especialmente os países emergentes, seguirão uma trajetória de cada vez maior participação do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

19. A outra região que se destaca é a África subsahariana, com previsões de crescimento médio de 5.7% ao ano, no mesmo período, o que poderá constituir uma oportunidade para o incremento de trocas comerciais do país. Na que se segue é apresentada a evolução das expectativas de PIB projetadas pelo FMI no ano de 2012, demonstrando a expectativa de crescimento heterogêneo entre as economias.

Quadro 1. Taxas de Crescimento Mundial e das Principais Economias

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
			<< PREVISÃO >>			
Mundial	3,9	3,2	3,5	4,1	4,4	4,5
Economias Avançadas ¹	1,6	1,3	1,4	2,2	2,6	2,6
Zona Euro	1,4	-0,4	-0,2	1,0	1,4	1,6
Novas Economias Asiáticas Industrializadas ²	4,0	1,8	3,2	3,9	4,1	4,3
Economias Emergentes e em Desenvolvimento ³	6,2	5,3	5,5	5,9	6,0	6,1
Ásia em Desenvolvimento (China e Índia)	7,8	6,6	7,1	7,5	7,6	7,1
África Sub-Sahariana	5,1	4,8	5,8	5,7	5,8	5,8

Fonte: FMI_WEO_Abril de 2013

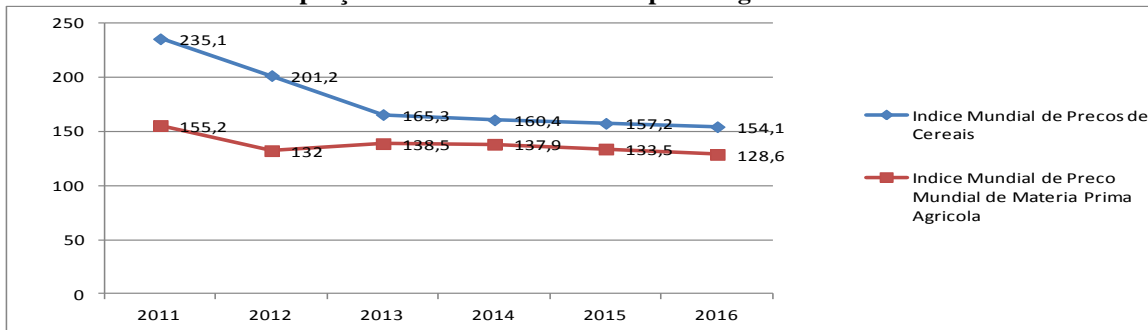
Destaque: ¹ EUA, Japão, Zona Euro, Reino Unido, Canadá; ² Tailândia, Singapura; ³ Brasil e Rússia; ⁴ China e Índia

20. Desenvolvimentos mais recentes sugerem que, globalmente, os desequilíbrios externos entre as regiões tenderão a reduzir-se no futuro, dada a tendência de um crescimento mais fraco do consumo, em particular, por parte da generalidade das economias avançadas que se encontram mais endividadas; enquanto a procura interna nas economias de mercado emergentes tenderá a acelerar.

21. A recuperação da economia mundial nos próximos anos vai permitir que os preços a nível mundial diminuam, pese embora mostrem tendências de aumento em 2013 face aos níveis previstos para 2014⁵.

⁵ Fonte: FMI_WEO_Abril de 2013

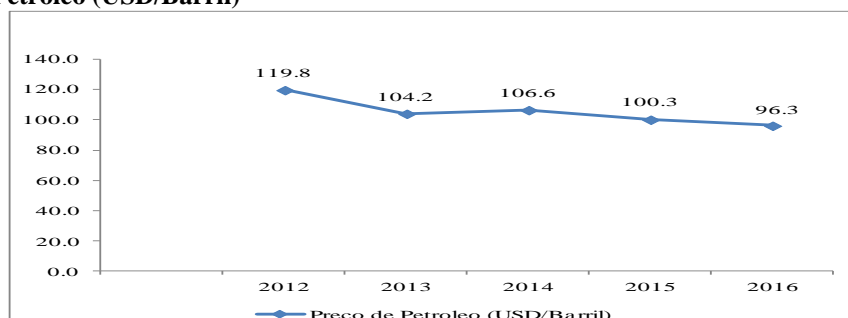
Gráfico 1. Índice mundial de preços de cereais e de matéria-prima agrícola



22. O índice de preços da matéria-prima agrícola inferior em relação ao índice de preços de cereais, constitui uma desvantagem para os países exportadores de matéria-prima agrícola, que são na sua maioria os países africanos, visto que estes são dependentes da importação de cereais.

23. Adicionalmente, destaca-se a importância da trajetória do preço do petróleo para a projecção de diversos aspectos da demanda e da oferta de energia de um país. As hipóteses para o preço do petróleo reflectem a informação implícita no mercado de futuros do Brent transacionados em meados de Abril. De acordo com esta informação, o preço do petróleo deverá registar, uma diminuição de USD\$119.8 por barril em 2012 para cerca de USD\$114.2 por barril em 2013. Esta tendência irá registar-se até ao final do horizonte de projecção. Para 2014, as previsões apontam para um ligeiro aumento do nível de preços de petróleo, para cerca de USD\$ 106.6, contudo, para os anos 2015 e 2016, há uma tendência da queda de preços para USD\$ 100.3 e USD\$ 96.3 respectivamente, conforme ilustra o gráfico que se segue.

Gráfico 2. Preço de Petroleo (USD/Barril)



24. A projecção do volume de transacções de bens e serviços no mercado internacional mostra tendência de desaceleração em 2013 (1.3pp) comparativamente ao que se verificou em 2012. Previsões para o triénio 2014 a 2016 apontam para uma recuperação lenta da taxa de

crescimento do volume de transações de bens e serviços a nível global, numa média de 6% (Quadro 2).

Quadro 2. Taxas de crescimento do comércio (variação percentual)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	«Projeccoes»					
Volume de Comercio Internacional	5,9	4,0	3,7	5,5	6,0	6,2
Importacoes						
Economias Avancadas	4,3	1,8	2,1	4,1	5,2	5,4
Zona Euro	3,8	-0,5	-0,1	2,7	3,5	3,9
Economia Emergentes e em Desenvolvimento	8,8	4,6	6,5	7,5	8,1	7,9
Asia em Desenvolvimento	5,0	5,1	7,6	9,5	9,9	9,7
Africa Subsahariana	9,3	5,6	6,3	6,7	5,8	5,6
Mundial						
Exportacoes						
Economias Avancadas	5,3	1,9	2,4	4,3	5	5,1
Zona Euro	6,3	2,3	1,6	3,0	3,8	4,2
Economia Emergentes e em Desenvolvimento	6,7	4,2	4,7	6,3	7,4	7,5
Asia em Desenvolvimento	4,3	4,4	6,6	9	10,4	10,5
Africa Subsahariana	7,1	4,2	5,9	5,7	5,3	5,6

FMI_World Economic Outlook, Abril de 2013

25. As importações continuarão a crescer mais do que as exportações na África Subsahariana e nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento, enquanto nas Economias Avancadas e na Zona Euro, a tendência é contrária, as exportações crescerão mais em relação as importações, sinalizando um abrandamento dos efeitos da crise.
26. As projecções do crescimento da economia mundial denotam que há riscos de alguma recessão em alguns países, por um lado, e um crescimento a ritmos muito baixos noutros países, o que se vai traduzir numa menor pressão sobre os preços do petróleo.
27. Assim, o nível de preços médios anuais registará um abrandamento, como resultado do decréscimo do nível de preços do petróleo e de produtos não petrolíferos. As projecções para o ano de 2014 mostram uma redução da inflação em todas economias, quando comparado com a previsão feita para o ano de 2013 (Quadro 3).

Quadro 3. Taxas de Inflação e Tendência de Preços Internacionais

	2012	2013	2014	2015	2016
		«Projecções»			
Mundial	3.9	3.8	3.7	3.6	3.6
Economias Avancadas	2.0	1.7	2.1	2.0	1.9
Zona Euro	2.2	1.6	1.4	1.4	1.6
Economia Emergentes e em Desenvolvimento	5.9	5.8	5.5	5.3	5.1
Asia em Desenvolvimento	4.7	5.1	4.8	4.8	4.3
Africa Subsahariana	7.9	6.9	5.8	5.7	5.6

Fonte: FMI_World Economic Outlook, Abril de 2013

III. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

3.1. Produto Interno Bruto (PIB)

28. Os fatores supracitados referentes ao cenário global afectam diretamente a economia moçambicana. Neste contexto, o canal externo tem sido um elemento importante para explicar o crescimento económico nacional dos últimos anos. O crescimento da economia Moçambicana tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos, apresentando uma taxa média de 7,0% ao ano.
29. Apesar da economia Moçambicana ter alcançado um crescimento robusto em 2012, o País iniciou o ano 2013 numa conjuntura particularmente difícil, caracterizada por cheias que assolaram extensas áreas de cultivo, sobretudo nas regiões sul e centro, devastando culturas, infra-estruturas diversas, para além da paralização da actividade produtiva em outros sectores.
30. Com efeito, a previsão inicial de crescimento para 2013 era de 8.4%, contudo, dada a conjuntura interna acima referida, o crescimento foi revisto em baixa para 7%. Entretanto, com a melhoria na conjuntura internacional, e a recuperação da economia doméstica, prevê-se que este cenário altere consideravelmente, atingindo um crescimento anual de 8% em 2014 e médio de 7.6% para o período 2014- 2016.

Quadro 4. Principais Indicadores Macroeconomicos de Moçambique

	2012	2013 OE	2013	2014	2015	2016
			<< PREVISÃO >>			
PIB nominal (milhões de MT)	410,339	482,871	472,035	528,332	600,795	681,921
PIB nominal (Milhões de USD)	14,448	15,456	15,219	17,134	18,730	20,640
<i>Taxa real de crescimento (%)</i>	<i>7.4</i>	<i>8.4</i>	<i>7.0</i>	<i>8.0</i>	<i>7.7</i>	<i>7.5</i>
PIB per capita (MT)	18,369	20,323	19,867	21,683	23,992	26,505
PIB per capita (USD)	647	651	641	703	748	802
Taxa de Inflação Média Anual (%)	2.1	7.5	6.6	6.5	6.5	6.5
Exportações (Milhões de USD)	3,470	3,558	3,787	4,195	4,553	4,728
População (1000 Habitantes)	22,339	23,760	23,760	24,366	25,042	25,728

Fonte: Projecções do Quadro Macro-MPD-MF, 2013

31. A tendência projectada na tabela anterior, é sustentada pela adopção do plano de reconstrução pós cheias e também pelo pressuposto de que a conjuntura internacional melhore substancialmente.
32. Adicionalmente, no período 2014 – 2016, o crescimento do PIB será sustentado por um crescimento médio notável em todos os sectores de actividade, com destaque para os seguintes: indústria extractiva (15.1%), serviços financeiros (13%), educação (9.2%), construção (9%), saúde (8.8%), comércio (8.5%), e, administração pública e defesa (8%). Os sectores que mais contribuirão em média para o PIB são, Agricultura (22.6%), Transportes e Comunicação (12.7%), Comércio e Serviços (11.3%) e Indústria Transformadora (11.1%).
33. O crescimento previsto nestes sectores reflecte, em grande medida, a implementação de projectos estruturantes, de pequena, média e grande dimensão, previstos para estas áreas.

Quadro 5. Previsão da Contribuição Sectorial no PIB

	2012	2013	2014	2015	2016
	«Projecções»				
Agro-pecuário e silvicultura	23.4%	22.6%	22.9%	22.5%	22.3%
Pesca	1.4%	1.4%	1.3%	1.3%	1.2%
Industria Extractiva	1.7%	2.0%	2.2%	2.5%	2.4%
Industria Transformadora	12.0%	11.9%	11.5%	11.1%	10.9%
Electricidade e Agua	4.5%	4.5%	4.4%	4.5%	4.5%
Construção	3.4%	3.5%	3.6%	3.6%	3.7%
Comércio	11.1%	11.1%	11.2%	11.3%	11.4%
Restaurantes e Hotéis	1.4%	1.4%	1.4%	1.4%	1.4%
Transporte e Comunicações	12.3%	12.4%	12.5%	12.7%	12.9%
Serviços Financeiros	5.6%	6.2%	6.3%	6.7%	7.1%
Aluguer de Imóveis e Serviços de Empresas	5.8%	5.5%	5.2%	4.9%	4.6%
Administração Pública e Defesa	3.8%	3.8%	3.9%	3.9%	3.9%
Educação	3.8%	3.9%	4.0%	4.0%	4.1%
Saúde	1.4%	1.4%	1.4%	1.4%	1.5%
Outros Serviços	1.4%	1.3%	1.3%	1.2%	1.1%

Fonte: Projecções do Quadro Macro-MPD-MF, 2013

3.2. Projectos Estruturantes

34. Por forma a atingir o nível de crescimento de 8% e mitigar os efeitos severos das cheias e do crescimento lento da economia mundial, o Governo de Moçambique irá pautar pela continuação da implementação de novos projectos estruturantes em alguns sectores. Os projectos estruturantes de pequena, média e grande dimensão são fundamentais para assegurar o crescimento estável da economia. Estes empreendimentos têm um contributo determinante, pois influenciam positivamente a balança de pagamentos, as Receitas do Estado (fiscais e de concessões) e na criação de emprego, dos quais uma parte significativa pode ser preenchida por residentes nas províncias e nos distritos.
35. Para além de gerar emprego (em média de 8.571 postos de trabalho), tem um impacto estratégico em relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que é um indicador importante para a mudança de padrão de crescimento. Assim, destacam-se os seguintes projectos por sector:

No sector agrícola

- A plantação e processamento de bambu para a produção de biocombustíveis, em Guvuro;
 - Implantação de empreendimentos para o cultivo da cana-de-açúcar para o fabrico de bio-etanol em Manica e Sofala;
 - Concepção de um programa de produção agropecuária em Manica e outro de produção agrícola de culturas alimentares na província de Gaza; e
 - Exploração florestal e a produção de papel nas províncias da Zambézia e Nampula.
36. Estes novos projectos de investimentos, conjugados com a implementação das acções de recuperação pós-cheias e com as medidas para o alcance dos objectivos do PEDSA e PNISA no que concerne a produção de sementes básicas para cereais e leguminosas, culturas de rendimento, assistência aos camponeses em matérias de técnicas de produção, massificação do uso da tracção animal e outros factores de produção, contribuirão para acelerar o crescimento na agricultura.

No sector da Indústria Extrativa

- Expansão do projecto de Gás Pande e Temane;

- Canalização domiciliar do Gás nas cidades de Maputo e Matola, e, Distrito de Marracuene;
- Instalação e operação de tanques de armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos em Sofala;
- Aumento da produção e exportação do carvão mineral através dos empreendimentos de Moatize, Benga e Cahora Bassa.
- Aumento significativo na produção de outros minerais, a destacar, as areias pesadas e a melhoria de desempenho da produção do gás de Pande e Temane.

No sector da Indústria

- A construção e exploração de uma indústria de produção de explosivos para minas de carvão, bem como o desenvolvimento de outras actividades complementares;
- Produção de cabos eléctricos de alumínio, jantes de automóveis e outros produtos derivados da fundição de alumínio;
- Instalação e exploração de um complexo petroquímico para a produção de fertilizantes; e
- Estabelecimento e exploração de uma unidade Industrial para o fabrico e comercialização de sacos de rafia e de papel.

No sector de Infraestruturas e Energia

- Construção da unidade Industrial de produção de explosivos para as minas de carvão em Tete;
- Produção de cabos eléctricos e jantes de Automóveis e outros produtos a partir da fundição de Alumínio em Beleluane;
- Construção de Uma nova terminal portuária na Baía de Pemba e um Parque Logístico adjacente a Terminal, desenvolvimento e operação de infra-estruturas e Serviços;
- Construção, operação, manutenção e gestão de linhas ferroviárias Moatize-Malawi e o ramal ferroviário de Nacala-a-Velha entre Mossuril e Ponta Namuaxi, para transportes;
- Construção de Infra-estruturas portuárias do Terminal de Carvão, com capacidade de 18 Mtpa, em Nacala;
- Instalação e operação de tanques de combustível, armazenamento, manuseamento e distribuição de produtos petrolíferos;

- Construção e desenvolvimento e gestão de infra-estruturas para operacionalização da Zona Económica Especial de Manga-Mungassa; e
- Construção de 2 centrais eléctricas a Gás natural em Chókwe e Ressano Garcia respectivamente.

No sector dos transportes

- O crescimento do sector de transportes é impulsionado, em grande medida, pelos ramos de transporte ferroviário e rodoviário, crescimento do tráfego do transporte aéreo. O sector de comunicações será impulsionado pelo crescimento da telefonia móvel. Nesta área, está ainda prevista a expansão dos serviços de Telecomunicações para mais 50 localidades. Contribuirá, também, para o crescimento deste sector, a conclusão de projectos âncoras como a reabilitação da Linha de Sena, a dragagem do Canal do Porto da Beira e de Maputo, e, os investimentos em diferentes sectores (público e privado), com impacto no volume de tráfego.

37. A tabela que se segue, apresenta em resumo os projectos estruturantes de pequena, média e grande dimensão que contribuirão para o crescimento do PIB.

Quadro 6. Projectos Estruturantes que Contribuirão para o Crescimento do PIB

Nº de Ordem	Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Distrito	Emprego	US\$10 ⁶
Infra-Estruturas						
1	Terminal Petrolifera de Pemba	Construção de Uma nova terminal portuaria na Baía de Pemba e Um Parque Logístico Adjacente a Terminal, desenvolvimento e operacao de infra-estruturas e Srvicos portuarios e logisticos	Cabo Delgado	Pemba	300	330.000
2	Clin -Linhas Ferroviarias	Construção, operacao, manutencao e gestao de linhas ferroviarias Moatize-Malawi e o ramal ferroviario de Nacala -a-Velha entre Mossuril e Ponta Namuaxi, para transportes ferroviario de carvao , carga geral e passageiros, nos termos de contrato de Concessao e Manutencao	Namplua	Nacala-Velha	323	818.77
3	Clin-Corredor Logístico Integrado de Nacala	Construcao de infra-estruturas portuarias do terminal portuario de carvao	Namplua	Nacala-Velha	2125	773.970
4	Ingue Glencore Oil Terminal	Instalação e operacao de tanques de combustivel, armazenamento, manuseamento e distribuicao de produtos petroliferos	Sofala	Beira	42	55.63
5	Dingsheng International Investimentos	Construção e desenvolvimento e gestao de infra-estruturas para operacionalizacao da ZEE DE Manga-Mungassa	Sofala	Beira	2125	500
Banca						
1	Banco Nacional de Investimento	Exercicio de actividade bancaria, compreendendo todas as actividades de banca de investimentos permitidas as instituicoes financeiras	Tete	Moatize	100	45
Energia						
1	Kuvinga Energia	Construcao e exploracao de uma central electrica a gas natural para producao e venda de energia electrica	Gaza	Chokwe	27	104.9
2	Mozambique Gas Engine Power Project	Construção e exploracao de uma central electrica a gas natural para producao e venda de energia electrica, nos termos do contrato de concessao	Maputo	Moamba	40	241.7
Agricultura						
1	Diamante de investimentos	Plantacao e processamento de bambu para producao de biocombustivel	Inhambane	Govuro	420	45.43
2	Agricola	Producao agro-pecuaria	Manica	Barue	1300	50
3	Wan Bao Africa Agriculture	Producao agricola de culturas aliemntares	Gaza	Xai-xai	400	250
Turismo e Hotelaria						
1	Afro Shopping Mocambique	Construcao e susequente exploracao de um conjunto turistico	Namplua		250	85
2	Gethesemane Vilage-Condóminio e Centro Comercial	Construcao e gestao de condóminio para venda e arrendamento de imoveis	Maputo	Namaacha	263	62.3
3	Marinvest Majumbo	Construcao e exploracao de um complexo Turístico	Maputo	Matutuine	257	45.88
Industria						
1	Orica Mozambique	Construcao e exploracao de uma industria de producao de explosivos para minas de carvao, bem como o desenvolvimento de outras actividades complementares	Tete	Moatize	100	45
2	Mahazule	Estabelecimento e exploracao de uma unidade Industrial para o fabrico e comercializacao de sacos de rafia e de papel	Maputo	Maracuene	448	448
	Midal Cables International, Limitada	Producao de cabos electricos de aluminio, jantes de automoveis e outros produtos derivados da fundicao de aluminio.	Provincia do Maputo	Beluluane	214	15.3
3	Mopetco-Mozambique Petrochemical Company	Instalacao e exploracao de um complexo petroquimico para a producao de fertilizantes	Inhambane	Inhassoro-Chibo	125	1066

Fonte: CPI, 2013

38. A instalação destes projectos estruturantes vai permitir que haja uma combinação de programas e políticas económicas de combate à pobreza rumo ao desenvolvimento socio-económico, acautelando a questão da cadeia produtiva no local onde serão instalados os projectos, bem como a questão das disparidades regionais.
39. Adicionalmente, com a previsão da melhoria das economias avançadas, espera-se um maior influxo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Moçambique, contribuindo para o aumento do investimento total. Os dados do quadro macroeconómico indicam que o investimento total, incluindo as Parcerias Público-Privadas, irá atingir cerca de 1.345,7 Milhões de USD em 2014, montante correspondente a um incremento de cerca de 45.1% contra os USD 607 milhões de 2013.

3.3. Inflação

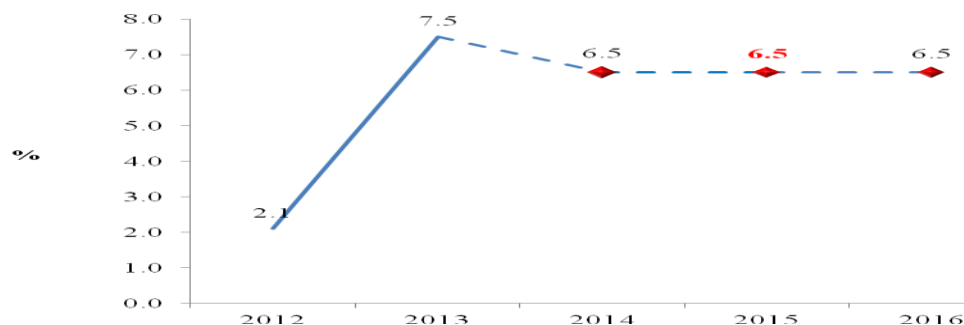
40. Em Moçambique, os produtos cujos preços tradicionalmente determinam a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), são os produtos da classe dos Alimentos e Bebidas não Alcoólicas. Por essa razão, o desempenho da campanha agrícola dita o comportamento da variação do IPC.
41. A deficiência na oferta de produtos da classe dos alimentos e bebidas não alcoólicas no mercado doméstico, ocasiona o aumento da importação de produtos dos países vizinhos, sobretudo da África do Sul, de onde são importados grande parte dos produtos alimentares com peso elevado na variação do IPC.
42. O comportamento da inflação na África do Sul, a evolução da taxa de câmbio MT/ZAR e MT/USD, o preço de cereais (o país é um importador líquido de trigo e arroz, produtos com peso elevado no IPC) e do petróleo no mercado internacional, são os principais factores que afectarão a taxa de inflação doméstica. A perspectiva de evolução de cada um destes factores é sumarizada a seguir:
 - A desaceleração da inflação mundial, olhando particularmente para África do Sul, poderá ter impactos deflacionários sobre o IPC em Moçambique, dadas as ligações comerciais entre as duas economias;
 - A depreciação do Metical face ao Rand Sul-africano, Dólar norte americano, e ao Euro, não só sugere o encarecimento das importações nacionais, como também constitui um

risco para a inflação doméstica (via custos). Assim, espera-se, que este efeito seja contrabalançado pela queda de preços na África do Sul e na economia mundial;

- Espera-se que o preço de cereais no mercado internacional reduza em 2.9% em 2014, e que repercuta sobre o IPC doméstico, dado o volume de importação do trigo e arroz;
- Espera-se que o preço do petróleo no mercado internacional aumente em 2.4% em 2014, para USD 106.6 por barril. A subida do preço do petróleo deverá contribuir para uma inflação mais alta em 2014.
- Espera-se que a campanha agrícola 2013/2014 seja positivamente afectada pela implementação do PEDSA e PNISA.

43. Os factores acima arrolados, quando adicionados a pressão adjacente as eleições gerais em 2014, pela pressão sobre os gastos públicos, e, aos ajustamentos em alta da tarifa das portagens, que poderão ser imputados nos preços dos bens provenientes da região das portagens e da Africa do Sul, sugerem que a inflação média anual de médio-prazo (2014-2016), apresente um comportamento de estabilidade a volta de 6.5% ao ano.

Gráfico 3. Taxa de Inflação Média Anual



Fonte: Projecções do Quadro Macro-MPD-MF, 2013

44. Tomando como base os factores monitorados, constata-se que os riscos inflacionários para 2014 persistem, o que sugere a continuação de medidas de política monetária e fiscal prudentes por forma a minimizá-los, e assim assegurar o cumprimento das metas de inflação para o período.
45. As metas projectadas para o triénio podem sofrer alterações ao longo do período em análise devido aos seguintes factores:

- ✓ Redução da oferta de produtos alimentares, particularmente, as frutas, os vegetais e leguminosas influenciadas pelo efeito das cheias e inundações verificadas no país;
- ✓ Fortalecimento do Dólar americano com impacto nos preços domésticos dos bens importados;
- ✓ Relativa aceleração de preços na economia sul-africana, principal fornecedor de produtos alimentares ao mercado nacional; e
- ✓ Aumento dos preços internacionais de algumas mercadorias com significativo peso na inflação interna, nomeadamente o arroz, trigo e óleos alimentares importados.

3.4. Balança de Pagamentos: Evolução da Conta Corrente

46. Dados provisórios da Balança de Pagamentos (BOP) referentes ao ano de 2012 mostram que a economia moçambicana continuou a recorrer à poupança externa para o financiamento das suas necessidades de consumo e investimento privado e público, em resultado do excesso de absorção interna, tendo o défice da conta corrente incrementado significativamente para cerca de 37% do Produto Interno Bruto (PIB), uma deterioração que reflecte os efeitos da forte entrada de investidores privados na área de exploração de hidrocarbonetos, as quais têm demandado elevadas importações de maquinaria, bem assim importação de serviços especializados.
47. O saldo global foi positivo e posicionou-se nos USD 372 milhões, fluxo que permitiu que o Governo constituísse activos de reserva no valor de USD 370 milhões, mais USD 48 milhões, comparativamente ao montante registado em 2011, tendo o saldo das Reservas Internacionais Brutas incrementado para um nível correspondente a cobertura de cerca de 5.7 e 6.3 meses de importação de bens e serviços, incluindo e excluindo os grandes projectos, respectivamente.
48. O défice das transacções correntes agravou-se em 72%, para USD 5.190,2 milhões (37% do PIB), justificado pela deterioração do défice da conta parcial de serviços em mais que o dobro e da conta parcial de bens em cerca de 20%. Na componente de serviços destacam-se as rubricas de construção e de serviços empresariais e técnicos cujos saldos deficitários situaram-se em USD 1.934,7 milhões e USD 867.7 milhões, respectivamente, contra USD 591.1 milhões e USD 460.5 milhões registados em 2011.

49. Na conta parcial de bens, destaca-se o crescimento na importação de bens de capital, para satisfazer as crescentes necessidades da indústria mineira, sobretudo nos sectores de exploração de carvão mineral e gás natural. Assim, quando excluídas as operações dos grandes projectos, o ritmo de agravamento do défice da conta corrente reduz para cerca de 26%, passando para USD 2.239,1 milhões, influenciado, grosso modo, pelo crescimento do défice da conta parcial de bens em cerca de 14%, combinado com um declínio na conta parcial de transferências correntes.
50. No mesmo período, o défice da conta corrente em percentagem do PIB experimentou um agravamento acentuado quando comparado com o observado nos últimos 3 anos, tendo atingido 37%, justificado, essencialmente, pelo rápido crescimento das importações de bens e serviços, como consequência da implantação e expansão dos megaprojectos. No entanto, excluindo os grandes projectos, a conta corrente revelou também uma tendência de deterioração, com uma variabilidade média de 16% do PIB.
51. Relativamente as exportações de bens, as vendas totais ao exterior situaram-se em USD 3.469,8 milhões, montante que corresponde a 25% do PIB. Deste valor, USD 2.190,3 milhões (63% do total) foram realizadas pelos grandes projectos, montante que corresponde a um crescimento anual de 9% relativamente a 2011, justificado pelos aumentos das receitas de exportação de carvão mineral, areias pesadas, açúcar, algodão e tabaco, que superaram a queda observada nas receitas de exportação de alumínio, devido essencialmente à queda do preço deste produto no mercado internacional em consequência dos problemas que a economia global continua a enfrentar. As exportações dos restantes sectores da economia cresceram em 16% em 2012 e atingiram um valor total de USD 1.279,5 milhões.

Quadro 7. Evolução da Conta Corrente

<i>Em US\$ Milhoes</i>	2012	2013	2014	2015	2016
		Projeções			
Balança comercial	-2697.97	-866.12	-1314.17	-1325.01	-1258.51
Exportações	3469.85	3787.44	4194.96	4552.69	4728.41
Mega projectos	2190.34	2699.62	3013.25	3372.96	3540.63
Peso total de exportacoes (%)	63.1%	71.3%	71.8%	74.1%	74.9%
Importações	-6167.82	-4653.56	-5509.14	-5877.70	-5986.91
Mega projectos	-2143.22	-1139.79	-1191.92	-1269.97	-1082.13
Peso total de importacoes (%)	34.7%	24.5%	21.6%	21.6%	18.1%

Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2013

52. No que se refere a importação de bens, As compras totais de bens ao exterior situaram-se em USD 6.167,8 milhões, correspondente a 50% do PIB e um incremento nominal de 15% em relação a 2011. O aumento do valor das importações reflectiu o crescimento da importação de bens de capital associado ao investimento realizado pelas grandes empresas de IDE, com enfoque para indústria extractiva.
53. As transacções em serviços traduziram-se em pagamentos líquidos ao resto do mundo no montante de USD 3.210,2 milhões, correspondente a 26% do PIB e um agravamento de 126% face ao ano de 2011. A deterioração desta rubrica é justificada, em grande parte, pelo aumento da procura pelos serviços de construção (em mais de 100%), associadas à fase de implantação e expansão de diversas empresas de IDE no País, para além do aumento das despesas com pagamentos de serviços de especialidade e consultoria técnica (serviços empresariais e técnicos), que incrementaram em 88%, ainda no escopo do surgimento dos megaprojectos.
54. Expurgando as transacções dos grandes projectos constata-se igualmente uma deterioração de 10%, decorrente do acréscimo das despesas nas componentes de transportes (22%), Comunicação (11%), Royalites e Licenças (65%) e serviços empresariais (9%), amortecidos pelo incremento das receitas de turismo (7%), serviços de construção (130%) e transportes (18%).
55. As transferências correntes unilaterais líquidas fixaram-se em USD 760 milhões, menos 12% que o observado em 2011 que, no entanto, representa uma queda de 2 pp em relação ao peso no PIB que passou para 6%. Por seu turno, as transferências líquidas para o financiamento das despesas de capital foram na ordem de USD 426 milhões, o que comparativamente ao ano anterior traduz uma queda de 4%. Em termos de estrutura sectorial registou-se uma diminuição de USD 29 milhões nos donativos para outros sectores, enquanto os donativos de capital para a Administração Central incrementaram em USD 11 milhões, após aumento de USD 59 milhões verificados entre 2010 e 2011.
56. Os fluxos financeiros entre Moçambique e o resto do mundo resultaram numa entrada líquida de USD 5.105,7 milhões (41% do PIB), mais USD 2.324,7 milhões que no ano transacto. O valor apurado do ano reflecte grosso modo, a entrada de investimento directo estrangeiro que no ano atingiu cerca de USD 5.218,0 milhões (cerca de 37% do PIB após cerca de 25% do PIB inicialmente previstos¹), bem assim os créditos comerciais e empréstimos externos ao

sector privado, avaliados em USD 254,0 milhões e USD 253,7 milhões, respectivamente. Todavia, excluindo os grandes projectos, a dinâmica dos fluxos financeiros externos manteve-se a mesma, com a particularidade de, para além do fluxo de IDE, os influxos financeiros serem explicados pelo incremento do endividamento externo privado.

57. Dados preliminares do saldo de activos e passivos financeiros externos revelam que a situação líquida devedora de Moçambique cresceu em 41.3% em relação a 2011, determinada pelo agravamento das responsabilidades com o exterior em USD 5.952,2, justificado essencialmente pelo pujante incremento de IDE realizado no ano, o que concorreu para que a posição líquida de investimento internacional evidenciasse um saldo líquido devedor.
58. De modo geral, os dados da BoP do país, mostram que, não obstante a persistência de um ambiente macroeconómico desfavorável a nível mundial, o investimento directo estrangeiro voltou a fluir massivamente no país, tendo este atingido novo máximo histórico. Adicionalmente, a ajuda externa para apoio directo ao Orçamento do Estado e Balança de Pagamentos continuou a fluir com regularidade, contribuindo para que o saldo global da balança de pagamentos, se posicionasse no terreno positivo, apesar da deterioração da conta corrente.

IV. ENVELOPE DE RECURSOS

59. O Cenário Fiscal de Médio Prazo faz a projecção da despesa com base nos recursos disponíveis. É nesta base que anualmente actualiza-se este instrumento, na medida em que a disponibilidade de recursos é dinâmica e sensível as mudanças no ambiente social, económico e político, seja a nível doméstico ou dos países com os quais existem relações de parceria.
60. Apesar da conjuntura internacional mostrar tendências de crescimento moderado para o período em análise, o impacto da crise ainda se faz sentir nas economias em desenvolvimento, condicionando o envelope de recursos internos e externos e desta forma, os níveis de despesa pública para o triénio 2014-2016.
61. A tabela a seguir mostra a projecção de recursos internos e externos (em termos nominais) disponíveis para o orçamento de Estado no período 2014-2016. Esta projecção de recursos tem em conta o cenário mais optimista do crescimento económico.

Quadro 8. Resumo de Envelope de Recursos

	Em Milhões de Meticais				
	2012	2013	2014	2015	2016
	<<Previsão>>				
Total de Recursos	139,150	174,955	190,212	211,763	239,253
Recursos Internos	101,765	117,535	131,022	151,853	175,625
Receitas do Estado	95,538	113,962	127,333	147,801	171,169
Crédito Interno	3,150	3,573	3,689	4,052	4,456
Recursos Externos	37,385	57,420	59,190	59,910	63,628
Donativos	21,938	19,811	21,581	21,629	24,549
Créditos	15,447	37,609	37,609	38,281	39,079

Fonte: Projeções do Quadro Macro MPD-MF, 2013

62. Como se pode observar a partir da tabela anterior, o envelope de recursos totais programado entre 2013 e 2014 passa de 174.9 mil milhões de Meticais para 190.2 mil milhões de Meticais. Para o mesmo período de referência estima-se que as receitas do Estado passem de 113.9 mil milhões de Meticais, para 127.3 mil milhões de Meticais.
63. A projecção da componente externa estima um ligeiro crescimento desta fonte de recursos de 57,4 mil milhões de Meticais para cerca de 60 mil milhões de Meticais entre 2013 e 2014.
64. Importa referir que, comparativamente a Lei 2013, o envelope de recursos em 2014 tenderá a retrair o seu ritmo de crescimento devido ao impacto prevaiente da crise financeira mundial na projecção das receitas do Estado bem como dos recursos externos. Esta desaceleração é justificada essencialmente, pelo crescimento mundial ainda moderado, pela redução do preço dos produtos primários no mercado internacional, o desaceleramento do crescimento das receitas advinentes das exportações, e pela tendência de depreciação da taxa de câmbio.

4.1. Receitas do Estado

65. As receitas do Estado são constituídas essencialmente pelas receitas fiscais, não fiscais, próprias, consignadas e de capital. A tabela que se segue, mostra a evolução das receitas do Estado para o triénio 2014-16, onde constata-se que as receitas fiscais representam, a maior parte das receitas do Estado, com um peso média de 86% no total das receitas do Estado, sendo a remanescente parte composta pelas receitas não fiscais, próprias, consignadas e de capital.

Quadro 9. Evolução das Recursos Internos

	<i>Em Milhões de Meticais</i>				
	2012	2013	2014	2015	2016
			<<Previsão>>		
Recursos Internos	101,765.0	117,535.2	131,021.6	151,852.7	175,624.7
Receitas do Estado	95,538.0	113,962.0	127,332.8	147,801.2	171,168.5
Receitas Correntes	93,006.9	111,144.8	127,010.0	147,426.5	168,341.2
Receitas Fiscais	80,441.6	95,492.4	109,521.2	127,126.4	144,831.6
Receitas Não Fiscais (<i>incl.próprias</i>)	6,925.3	8,895.7	9,939.4	11,537.1	13,361.1
Receitas Consignadas	5,639.9	6,756.7	7,549.4	8,763.0	10,148.4
Crédito Interno	3,150.1	3,573.2	3,688.8	4,051.6	4,456.2
	<i>Em percentagem do PIB</i>				
Recursos Internos	24.8%	24.3%	24.8%	25.3%	25.8%
Receitas do Estado	24.0%	23.6%	24.1%	24.6%	25.1%
Receitas Correntes	22.4%	23.0%	24.0%	24.5%	24.7%
Receitas Fiscais	19.4%	19.8%	20.7%	21.2%	21.2%
Receitas Não Fiscais (<i>incl.próprias</i>)	1.7%	1.8%	1.9%	1.9%	2.0%
Receitas Consignadas	1.4%	1.4%	1.4%	1.5%	1.5%
Crédito Interno	0.8%	0.7%	0.7%	0.7%	0.7%

Fonte: Projeções do Quadro Macro MPD-MF, 2013

66. Apesar da conjuntura actual internacional, prevê-se que no período de 2014 à 2016 haja uma recuperação dos níveis de arrecadação de receitas devido aos esforços no domínio da manutenção da estabilidade macroeconómica, manutenção dos níveis de eficiência da administração fiscal, da continuação do esforço de alargamento da base tributária e da criação de incentivos que irão continuar a estimular a iniciativa privada no aumento da produção e produtividade. Como corolário dos factos anteriormente mencionados, espera-se que em 2014 as receitas do Estado cresçam em 0,5pp do PIB.

4.2. Recursos Externos

67. Os recursos externos apresentam-se sob a forma de créditos e donativos (tabela 10). Os donativos destinam-se a apoiar no OE, projectos de Investimento, acordos de retrocessão entre outros; enquanto os créditos destinam-se a apoiar a Balança de Pagamentos (BoP) e os projectos de Investimento.

68. Dada, a conjuntura macroeconómica internacional, perspectiva-se um decréscimo acentuado de cerca de 1pp dos recursos externos em termos do PIB, com grande peso no nível de crédito, que reduzirá em cerca de 0.7pp em 2014.

Quadro 10. Recursos Externos

	<i>Em Milhões de Meticais</i>				
	2012	2013	2014	2015	2016
	<i><<Previsão>></i>				
Recursos Externos	37,385.0	57,419.7	59,190.3	59,910.1	63,628.2
Donativos	21,938.0	19,810.7	21,581.3	21,628.6	24,549.2
Para projectos	7,301.9	4,769.0	4,769.0	5,407.2	6,137.3
Contravalores não consignadas	8,671.6	7,431.5	8,387.4	7,810.3	8,865.0
Créditos	15,447.0	37,609.1	37,609.1	38,281.4	39,079.1
Projectos	6,730.3	26,265.6	26,265.6	26,265.5	26,528.2
Outros	8,716.7	11,343.5	11,343.5	12,015.9	12,550.9
	<i>Em percentagem do PIB</i>				
Recursos Externos	9.1%	11.9%	11.20%	10.0%	9.3%
Donativos	5.3%	4.1%	4.10%	3.6%	3.6%
Para projectos	1.8%	1.0%	0.90%	0.9%	0.9%
Contravalores não consignadas	2.1%	1.5%	1.60%	1.3%	1.3%
Créditos	3.8%	7.8%	7.10%	6.4%	5.7%
Projectos	1.6%	5.4%	5.00%	4.4%	3.9%
Outros	2.1%	2.3%	2.10%	2.0%	1.8%

Fonte: Projeções do Quadro Macro MPD-MF, 2013

69. De acordo com os compromissos firmados pelos Parceiros de Apoio Programático (PAPs), o País conta com cerca de USD 580 milhões, para apoio geral ao orçamento e fundos comuns respectivamente. Quando comparado com 2013, verifica-se um decréscimo dos compromissos em cerca de 12%, que pode ser explicado pela falta de compromissos ainda do Reino Unido, Portugal, Filândia e Noruega, que poderão ser feitos oportunamente.

Quadro 11. Compromissos e Desembolsos da Ajuda Programática (AGO + Fundos Comuns)

	<i>Em Milhões de USD</i>				
	2010	2001	2012	2013	2014
Compromissos	734	765	743	660	580
Desembolsos	769	740	702		

Fonte: Compromissos dos PAPs para 2014, MPD

V. AFECTAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS

70. As despesas do Estado subdividem-se em despesas gerais (EGE)⁶ e sectoriais. As despesas sectoriais são compostas pelo funcionamento e investimento. Para 2014 verifica-se uma pressão grande nas componentes de funcionamento e encargos gerais do Estado (EGE). Nas

⁶ Também tratadas como Encargos Gerais do Estado (EGE)

despesas gerais foram acomodadas entre outras grandes despesas, a política salarial, a implantação das Assembleias Provinciais, que no seu todo tem um encargo de cerca de 502 milhões de Meticais, a implantação de novos distritos e as eleições gerais. Estas despesas impõem pressão sobre os recursos previstos no seu conjunto.

71. Deste modo, o total de recursos disponíveis para o triénio divide-se em recursos sectoriáveis, as que servirão de base para afectação nos níveis central e territorial, e, recursos não sectoriável, que se destinam a suportar as despesas dos encargos gerais. A tabela que se segue mostra a distribuição geral das despesas do Estado sectoriáveis e não sectoriáveis financiadas com o total recursos disponíveis para o triénio.

Quadro 12. Despesas Sectoriáveis e Não Sectoriáveis

	<i>Em Milhões de Meticais</i>				
	2012	2013	2014	2015	2016
			<<Previsão>>		
1. Total de Despesas (incl. Op. Financeiras)	139,150	174,955	190,212	211,763	239,253
2. Despesa Não sectorial	26,609	33,165	45,412	42,747	49,789
% da Despesa Total	19.3%	19%	24%	20%	21%
Encargos Gerais do Estado, dq:	21,631	24,899	37,126	33,564	39,551
Encargos da Dívida	4,125	56,224	6,868	7,810	8,865
Transferências Correntes, dq:	13,546	15,904	18,275	21,548	25,913
Subsídios	3,961	3,372	3,698	4,206	4,773
Operações Financeiras do Estado	4,977	8,266	8,285	9,183	10,238
3. Despesa Sectorial	111,242	141,790	144,800	169,016	189,464
% da Despesa Total	80.70%	81.0%	76.1%	79.8%	79.2%

72. Com efeito, para 2014, do total de recursos apresentado no quadro 8, apenas 76.1% é que serão afectados aos diferentes sectores, o que corresponde a cerca de 144.8 mil milhões de Meticais, representando um ligeiro acréscimo de 2%, se comparado com o atribuído no OE2013.
73. Esta redução dos recursos disponíveis para afectação aos Sectores é influenciada em grande medida pelo aumento significativo das despesas não sectoriais, que engloba os Encargos Gerais do Estado, transferências correntes, subsídios, entre outros.
74. Para os anos 2015 e 2016, a previsão da evolução de recursos apresenta-se modesta face aos efeitos residuais da actual conjuntura económica. Mesmo que a situação da crise mude a breve trecho, existem outros desafios a ter em conta no médio prazo, tal como a integração regional.

4.3. Critérios de Afecção de Recursos

75. Os limites sectoriais são fixados tomando em conta a responsabilidade sectorial no quadro dos programas estratégicos, cuja priorização foi definida no PARP 2011-2014 e medidas de política definidas pelo Governo para o PES/OE 2014.
76. No geral, a afectação de recursos foi feita tendo em conta a importância estratégica dos programas no alcance dos objectivos nacionais e das acções que constituem cada programa.
77. A continuação da adopção de critérios para a fixação de limites globais para as despesas de bens e serviços e de investimentos visa fundamentalmente, e de forma transparente, reduzir as assimetrias na afectação de recursos per capita actualmente existente entre as províncias. Para o efeito, os recursos alocados por província foram determinados em função da análise situacional, usando-se como ponderadores:
- *A População por Província*, com peso de 70%;
 - *O Índice Multidimensional da Pobreza por Província*, com peso de 30%, englobando indicadores de consumo, água, saneamento, saúde e educação⁷.
78. Com esta abordagem, pretende-se também uma afectação de recursos alinhada aos desafios que emanam dos resultados do diagnóstico de pobreza territorial.
79. Para os Distritos, os recursos destinados às Despesas de Investimento de iniciativa distrital, (Infra-estruturas Distritais e Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)), obedecem aos seguintes critérios:
- população 35%
 - superfície 20%
 - receitas próprias distritais 15%
 - índice de pobreza 30%
80. A afectação estratégica de recursos, que obedece os critérios acima referidos, procura responder os seguintes desafios:
- Aumentar da produtividade agrícola e pesqueira;
 - Transformar a agricultura de subsistência para uma agricultura orientada para o mercado;
 - Tornar o sector produtivo nacional mais competitivo;

⁷ Consumo 30%, água potável 15%, saneamento 15%, saúde 20% e educação 20%.

- Permitir o ajustamento dos preços dos combustíveis ao nível do mercado; e
- Reduzir o défice da balança externa (conta de bens e serviços).

81. A programação das despesas entre 2014 e 2016 tem em conta, fundamentalmente, a necessidade de direccionar os recursos para os esforços conducentes à redução do nível de pobreza prevalecente no País. Através da metodologia de Planificação e Orçamentação por Programas, priorizam-se acções que consubstanciam os esforços de redução da pobreza.

4.4. Despesas de Funcionamento

82. A projecção de despesas de funcionamento para os próximos anos resulta da expansão dos serviços do Estado, cujo impacto a nível da despesa pública é influenciado sobretudo pela necessidade de contratação de novos funcionários, em especial para os sectores da Saúde, Educação e Justiça.
83. Um factor que poderá criar pressão sobre a massa salarial com implicações orçamentais consideráveis para as despesas de funcionamento, tem a ver com a actualização de nível académico de muitos quadros do Aparelho do Estado. Porém, medidas estão a ser implementadas no sentido de garantir a sustentabilidade da massa salarial, que se situará ao redor de 10.4% do PIB em 2014, mantendo-se constante nos anos subsequentes em cerca de 10.1% do PIB.
84. Igualmente para as despesas correntes considera-se a necessidade de contratação de funcionários para preencher o quadro de pessoal para os sectores que contribuem para geração de receitas a todos os níveis, com especial enfoque para Agricultura, Pescas, Recursos Minerais e Energia. O quadro que segue apresenta a projecção das despesas de funcionamento a nível nacional.

Quadro 13. Classificação Económica da Despesa

	<i>Em Milhões de Meticais</i>				
	2012	2013	2014	2015	2016
			<<Previsão>>		
Despesas Correntes	82,126	96,962	112,607	125,974	144,082
Despesas Com pessoal	41,532	48,809	54,812	60,680	68,874
Bens e Servicos	14,252	18,457	21,133	24,032	27,959
Encargos da Dívida	4,125	56,224	6,868	7,810	8,865
Transferências Correntes	13,546	15,904	18,275	21,548	25,913
Subsídios	3,961	3,372	3,698	4,206	4,773
<i>Precos</i>	2,781	2,472	2,472	3,605	4,092
<i>Empresas</i>	1,180	900	1,585	1,802	1,802
Outras Despesas Correntes	4,710	4,797	7,820	7,698	7,698
Despesas de Capital	269	302	322	342	365
	<i>Em percentagem do PIB</i>				
Despesas Correntes	20.0%	20.1%	21.3%	21.0%	21.1%
Despesas Com pessoal	10.1%	10.1%	10.4%	10.1%	10.1%
Bens e Servicos	3.5%	3.8%	4.0%	4.0%	4.1%
Encargos da Dívida	1.0%	1.2%	1.3%	1.3%	1.3%
Transferências Correntes	3.3%	3.3%	3.5%	3.6%	3.8%
Subsídios	1.3%	0.7%	0.7%	0.7%	0.7%
<i>Precos</i>	0.9%	0.5%	0.5%	0.5%	0.6%
<i>Empresas</i>	0.4%	0.2%	0.2%	0.3%	0.3%
Outras Despesas Correntes	1.1%	1.0%	1.5%	1.3%	1.1%
Despesas de Capital	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%

Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2013

85. Como se pode depreender da Tabela 12, o crescimento nominal médio das despesas correntes será de quase 14%, passando de 96.9 mil milhões de Meticais em 2013, para 112.6 mil milhões de Meticais em 2014, 125.9 mil milhões de Meticais em 2015 e 144.1 mil milhões de Meticais em 2016, respectivamente. Os aumentos acentuados verificam-se nas rubricas de Encargos da dívida (22%), Bens e Serviços (15%) e Despesas com pessoal (12%) e. No caso das Despesas com o Pessoal, o aumento deve-se em parte a progressiva implementação da Política Salarial de Médio Prazo em vigor desde 2008. A tabela que se segue, mostra, em termos resumidos, a afectação global da despesa de funcionamento por âmbito central, provincial, distrital e autárquico, respectivamente⁸.

⁸ Estes Totais excluem os E.G.E e Operações Financeiras

Quadro 14. Resumo da Classificação Económica da Despesas de Funcionamento

Em Milhões de Meticias	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
				Previsão			Previsão			
ÂMBITO CENTRAL										
Despesas com Pessoal	15,919.5	18,930.9	20,713.2	22,707.4	24,363.3	3.9%	3.9%	3.9%	3.8%	3.6%
Bens e Serviços (Exc. E.G.E)	8,559.9	9,101.7	9,958.6	10,510.9	11,233.8	2.1%	1.9%	1.9%	1.7%	1.6%
Outras Despesas Correntes	4,806.5	5,441.2	5,953.5	7,708.0	8,498.1	1.2%	1.1%	1.1%	1.3%	1.2%
Total	29,285.9	33,473.8	36,625.2	40,926.3	44,095.2	7.1%	6.9%	6.9%	6.8%	6.5%
ÂMBITO PROVINCIAL										
Despesas com Pessoal	11,691.2	13,902.8	15,211.7	16,676.2	17,892.3	2.8%	2.9%	2.9%	2.8%	2.6%
Bens e Serviços (Exc. E.G.E)	3,124.9	3,432.7	3,755.9	3,993.2	4,298.9	0.8%	0.7%	0.7%	0.7%	0.6%
Outras Despesas Correntes	133.6	151.2	165.5	214.2	236.2	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Total	14,949.7	17,486.7	19,133.1	20,883.6	22,427.4	3.6%	3.6%	3.6%	3.5%	3.3%
ÂMBITO DISTRITAL										
Despesas com Pessoal	11,553.3	13,738.8	15,032.3	16,479.5	17,681.3	2.8%	2.8%	2.8%	2.7%	2.6%
Bens e Serviços (Exc. E.G.E)	1,538.0	1,709.2	1,870.2	1,996.6	2,158.3	0.4%	0.4%	0.4%	0.3%	0.3%
Outras Despesas Correntes	1.7	1.9	2.1	2.7	3.0	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Total	13,092.9	15,449.9	16,904.5	18,478.8	19,842.5	3.2%	3.2%	3.2%	3.1%	2.9%
AUTARQUIAS										
FCA	1,142.7	1,344.7	1,471.3	1,711.2	1,957.8	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%

Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2012

86. A tendência de crescimento da despesa de funcionamento repercute-se nas previsões desta despesa em termos do PIB.

4.5. Despesas de Investimento

87. Moçambique adoptou a metodologia de planificação e orçamentação por programas (POP), que assenta na integração dos processos de planificação e a orçamentação, ligando os produtos aos resultados e impactos.

88. A abordagem programática permitirá a especificação de acções de investimento que estejam ligadas às prioridades do PARP 2011-2014. Com efeito, a afectação de recursos será baseada nos programas estratégicos, que pela sua natureza estão intrinsecamente ligadas aos objectivos do PARP. Assim, requer-se que cerca de 67% dos recursos de investimento da componente interna sejam alocados aos programas estratégicos. As prioridades do PARP 2011-2014 são a principal referência na planificação do investimento nos próximos três anos.

Quadro 15. Despesas de Investimento

	<i>Em Milhões de Meticais</i>				
	2012	2013	2014	2015	2016
			<<Previsão>>		
Despesas de Investimento	50,479	69,425	68,999	76,264	84,569
Componente Interna	24,738	30,780	39,290	43,257	50,527
% do PIB	6.0%	6.4%	7.4%	7.2%	7.4%
Em Total do Investimento	49.0%	44.3%	56.9%	56.7%	59.7%
Componente Externa	25,741	38,645	29,709	33,006	34,041
% do PIB	6.3%	8.0%	5.6%	5.5%	5.0%
Em % do Total do Investimento	51.0%	55.7%	43.1%	43.3%	40.3%
Donativos	10,321	4,769	4,769	4,769	4,769
Creditos	6,898	26,266	16,515	18,024	20,458
Programas Especiais (donativos)	8,522	7,610	8,425	10,214	8,815

Fonte: Projecções do Quadro Macro-MPD-MF, 2013

89. Para 2013 e 2014, estima-se uma ligeira redução de 1% do total de recursos de investimento do Orçamento do Estado, passando de 69.4 mil milhões de Meticais para 68.9 mil milhões de, contudo, a componente interna regista um crescimento de 28%, ao passar de 30.7 mil milhões de Meticais para 39.3 mil milhões de Meticais, denotando, deste modo, o esforço do Governo em concentrar cada vez mais recursos em actividades que visam garantir a melhoria das condições de vida da população.

90. Tanto no âmbito Central assim como Territorial, a afectação de recursos na componente de investimento foi feita tendo em conta a importância estratégica dos programas no alcance dos objectivos nacionais e as acções que constituem cada programa.

4.6. Afectação de recursos para dinamização sustentável da economia nacional

91. Desde os meados da década 1990 Moçambique tem vindo a registar níveis de crescimento assinaláveis que se tem manifestado através do aumento da actividade produtiva, havendo por isso uma necessidade de garantir que a economia continue a crescer a ritmos sustentáveis e consentâneos com os esforços de reduzir os níveis de pobreza.

92. Num quadro em que a crise financeira mundial tem-se manifestado através da redução da procura global, aliado a necessidade de reconstrução dos efeitos das cheias, o sector produtivo, que é por sinal o dinamizador da economia, enfrenta um enorme desafio. Não menos importante de referenciar, é a integração regional que requer um sector produtivo competitivo em relação aos países da região.

4.6.1. Programas de Promoção de Desenvolvimento Económico

93. Os factos acima arrolados, suscitam que se dê uma maior possibilidade de realização de acções de índole económica para que outras áreas, que por natureza, são menos ou não produtivas tenham lugar através de um privilégio ou priorização na afectação de recursos. Desta forma, para o triénio 2014-2016, a programação de médio prazo elege as acções inseridas nos seguintes programas como sendo de carácter estratégico: (1) Produção agrária; (2) Construção e manutenção de estradas e pontes; (3) Electrificação Rural; (4) Desenvolvimento Rural; (5) Moçambique como destino turístico de classe mundial; (6) Desenvolvimento rodoviário; (7) Desenvolvimento económico dos Distritos.

Agricultura

94. As acções inseridas no âmbito da produção agrária estão direccionadas a alcançar os seguintes objectivos: incrementar a produção e a produtividade agrícola, aumento da competitividade, acesso ao mercado, melhoria de infraestruturas e serviços, garantia da segurança alimentar e nutricional, gestão sustentável de recursos naturais, reforma e fortalecimento institucional, garantir o provimento de serviços de apoio a produção agrícola de forma eficiente; assegurar e facilitar o acesso e protecção dos direitos de uso e aproveitamento da Terra e desenvolver Tecnologias que promovam o uso e maneio sustentável dos recursos naturais.
95. No âmbito da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) existe um Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA), instrumento direccionado para impulsionar o rápido aumento da produtividade e seu crescimento, através da melhoria na gestão dos recursos hídricos, prevenção e combate a pragas e doenças, bem como o desenvolvimento de variedades agrícolas melhoradas para o aumento do rendimento das culturas, adicionando, desta forma o valor nutritivo para redução da desnutrição nas mulheres e crianças.

Estradas e pontes

96. A construção ou manutenção e reabilitação de estradas e pontes é o programa estratégico de índole económico no sector das obras públicas. Os pressupostos da política de estradas é de que, as estradas cumpram com as funções de garantir o movimento de pessoas e bens,

assegurar a viabilização de regiões e de projectos de desenvolvimento, através de ligações estáveis com os sistemas de mercado, fornecedores ou produtores, e consumidores.

97. As acções prioritizadas para o próximo triénio de planificação preconizam: a reabilitação e manutenção periódica e de rotina das estradas, assegurando a sua qualidade; a conclusão do estabelecimento da ligação norte-sul; a reabilitação das infraestruturas dos corredores de desenvolvimento; asfaltamento de estradas que ligam as capitais provinciais; construção pontes principais do país; redução da intransitabilidade da rede de estradas classificadas, garantia da complementaridade das redes primárias, secundárias e terciárias; e busca de financiamentos para construção das redes urbanas e vicinais.

Energia

98. As acções na electrificação rural afiguram-se fundamentais para o próximo triénio, no que concerne a criação de ambiente de negócios na expansão das actividades produtivas nas zonas rurais. Este programa é estratégico pelo potencial que possui na dinamização da cadeia de valor e pelo papel que pode ter para o sucesso da Estratégia de Desenvolvimento Rural.

Desenvolvimento Rodoviário

99. O programa de desenvolvimento rodoviário que tem como acção fundamental a aquisição de mais 220 unidades de transporte público, para colmatar a escassez de transportes nas cidades e vilas em todo o país e criação de centros de inspecção para prevenir o elevado número de acidentes de viação.

Turismo

100. O turismo é um dos potenciais geradores de receitas no país dada as características naturais visualizadas pelas praias paradisíacas e florestas onde podem funcionar reservas ecológicas que poderiam atrair turistas para o país e assim aumentar a circulação e disponibilidade de divisas no país.

Trabalho

101. Constituem prioridades do MTRAB, prestar maior atenção as acções ligadas ao apoio aos Programas Nacionais de Emprego e Formação profissional como forma de providenciar a

formação profissional do cidadão para produção e promoção da sua empregabilidade através do auto emprego, contribuindo desta forma, para o acréscimo da renda familiar dos beneficiários e conseqüentemente melhoria do nível de vida dos mesmos. Assim, prevê-se entre outras acções, a instalação e operacionalização do observatório do emprego e formação profissional; aquisição de unidades móveis de formação profissional e a formação profissional de 30.000 candidatos a emprego.

4.6.2. Programas de promoção do desenvolvimento social

102. Na esfera do desenvolvimento social, são estratégicos os programas dos sectores da Educação, Saúde, Justiça e Mulher e Acção Social. Constituem prioridades destes sectores: (1) Ensino Primário e Técnico Profissional; (2) promoção de Saúde e Prevenção de Doenças; (3) Assistência Médica; (4) Desenvolvimento dos Recursos Humanos de Saúde; (5) Desenvolvimento de Rede Sanitária; (6) Água e Saneamento; (7) Eficácia da Justiça e (8) Promoção da equidade de género (9) Assistência social aos grupos sociais mais vulneráveis. Estes programas têm importância no potencial impacto para redução da pobreza absoluta e no cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Educação

103. A educação é uma componente social importante e considerada como uma área chave para o desenvolvimento do país. A Estratégia da Educação de médio prazo tem como objectivos expandir o acesso a Educação Primária e ao Ensino Técnico Profissional.

104. O Ensino primário tem o objectivo de assegurar que todas as crianças completem sete anos de ensino primário de qualidade até 2015. Neste programa é prioritário reforçar a reconstrução de escolas rurais, bem como a construção e reabilitação de Instituições de formação de professores e a produção do Livro Escolar.

105. O programa de Ensino Técnico tem como objectivo melhorar o acesso e a relevância do ensino técnico profissional para o desenvolvimento do País. Um dos resultados deste programa é a provisão de profissionais orientados ao saber-fazer, enquadrados deste modo na intenção de aumentar os níveis de produção e produtividade em várias áreas de actividade.

Saúde

106.No sector da saúde: os programas de promoção de saúde e prevenção das doenças, assistência médica, desenvolvimento dos recursos humanos de saúde e desenvolvimento da rede sanitária são todos considerados estratégicos, devido a complementaridade que existe entre si e no potencial impacto na vida da população, para na medida em que contribuem para a melhoria do bem-estar social. As principais acções inseridas nestes programas visam implementar programas de saúde da mulher e da criança, de doenças transmissíveis, prestar serviços curativos, compra e distribuição de medicamentos e de material cirúrgico e de equipamento hospitalar. Serão ainda construídas e reabilitadas infraestruturas sanitárias incluindo o abastecimento de água e energia. A necessidade de infra-estruturas sanitárias e do aumento do número de técnicos de saúde no país é evidente, principalmente nas zonas rurais onde a população tem de se deslocar à grandes distâncias para aceder aos cuidados de saúde.

Justiça

107.As acções no âmbito da eficácia da justiça têm em vista a implantação do sistema de justiça em todas as regiões do país para permitir o acesso rápido e eficiente a justiça por parte da população. A programação do sector da justiça para o triénio 2014-2016 prioriza a construção de infra-estruturas para as procuradorias e os tribunais judiciais de província, instalação e funcionamento dos tribunais superiores de recurso regionais, construção e reabilitação de infra-estruturas prisionais e seu apetrechamento, promoção de sistemas alternativos de resolução de conflitos sociais e económicos através da arbitragem, mediação e conciliação; reinserção social dos presos através do trabalho, da formação escolar e profissional e melhoria das condições de vida da população prisional.

Mulher e Acção Social

108.A intervenção do Governo relativamente as áreas da mulher, família e Acção Social é feita no sentido de garantir a promoção dos direitos e Protecção Social Básica aos grupos populacionais vulneráveis e carenciados, nomeadamente: a Mulher, a Criança, a Pessoa Portadora de Deficiência, a Pessoa Idosa, ex- Militares Desmobilizados e Portadores de Deficiência e outros grupos vulneráveis. Os principais programas (Apoio social Básico, Apoio social produtivo, Apoio social Directo e Serviços Sociais de Acção Social),

implementados nestas áreas têm em vista, por um lado, assegurar a assistência aos grupos populacionais incapacitados para o trabalho, por outro, a promoção e capacitação dos grupos carenciados para realização de actividades de rendimento para o auto sustento e de desenvolvimento do país.

4.6.3. Outros Programas de Dimensão Estratégica

109.A reinserção dos desmobilizados de guerra, a construção de casas e a atribuição de fardamento aos desmobilizados de guerra, constituem prioridades do sector dos antigos combatentes.

110.O programa de apoio na área de juventude baseia -se fundamentalmente na componente de infra-estruturas e formação, com a finalidade de promover actividades ligadas à juventude nas Províncias e nos mais diversificados quadrantes. Entre as diferentes acções de investimentos previstas destacam-se entre outras: a construção de um Centro Regional de Recursos; do Complexo Desportivo de Pemba e de Campos Polivalentes nos Distritos.

111.O presente CFMP dá continuidade ao processo gradual da modernização das forças de defesa e segurança.

4.7. Despesas de Investimento de âmbito Central

112. As despesas de investimento de nível central, que totalizam cerca de 14.7 mil milhões de meticais em 2014 (Anexo 1), foram programadas tendo em conta os objectivos centrais do PARP, designadamente, (i) aumento da produtividade agrária e pesqueira, (ii) promoção do emprego e (iii) desenvolvimento humano e social, e os respectivos pilares de apoio, nomeadamente, (i) Gestão macroeconómica e Finanças Públicas e (ii) Boa Governação, bem como as acções constantes dos planos estratégicos sectoriais.

4.7.1. Despesas de Investimento de âmbito Provincial e Distrital

113. Os recursos para despesas de investimento para o nível provincial são alocados de forma global para cada uma das províncias. Entre 2014, 2015 e 2016, as Províncias de Nampula e Zambézia continuam a absorver a maior proporção de recursos tanto para as despesas de

funcionamento assim como as de investimento (anexo 2), o que justifica o aumento das despesas através da componente interna.

114. O investimento em Infra-estruturas Distritais e o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) representam, conjuntamente, cerca de 13% dos recursos de afectação interna total para o investimento em 2014, estimando-se que alcance 12.8% em 2015.

Quadro 16. Despesas de Investimento Distrital

<i>Em Milhões de Meticais</i>	2012	2013	2014		2016
			<< PREVISÃO >>	>>	
Fundo de Desenvolvimento Distrital (7 Milhões)	1,337	1,337	1,424		1,615
Infra-estruturas Sócio-económicas	1,678	2,153	2,295		2,613
Receitas de Explor. Mineir. E Petrolíferas	-	30	35		45
Infra-estruturas Administrativas (MAE)	200	350	350		350
Total	3,215	3,870	4,104		4,624

4.8. Outras despesas relevantes

115. No âmbito dos esforços para a redução da pobreza no presente quinquénio, está em implementação o Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana (PERPU 2011 – 2014) que encerra um conjunto de acções conducentes à melhoria das condições de vida da população urbana através da promoção do emprego e do fortalecimento da protecção social. O enfoque do Programa é a geração de renda, a melhoria do ambiente de negócios e a melhoria da protecção social. Estima-se que o impacto orçamental da implementação do PERPU se mantenha em 140 Milhões de Meticais, cobrindo os 11 municípios abrangidos.
116. Os encargos Gerais do Estado (EGE) são compostos por um grupo de despesas que pela sua natureza não são imputáveis a um órgão e/ou instituição do Estado, constituindo responsabilidades do Estado, são exemplos as pensões, as operações financeiras, reembolsos do IVA, juros da dívida, o fundo compensação autárquica e o PERPU.
117. O Quadro que segue apresenta as despesas em EGE e operações financeiras do Estado no período entre 2014 e 2016.

Quadro 17. Encargos Gerais e Operações Financeiras

	<i>Em Milhões de Meticais</i>				
	2012	2013	2014	2015	2016
			<<Previsão>>		
Encargos Gerais Do Estado, dq	21,631	24,899	37,126	33,564	39,551
Operações Financeiras	6,276	8,266	8,285	9,183	10,238
<i>Activas</i>	2,163	4,425	4,443	5,131	5,780
<i>Passivas</i>	2,815	3,842	3,842	4,052	4,457
Total	27,907	33,165	45,412	42,747	49,789

Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2013

118. Um outro agregado relevante de despesa são as operações financeiras do Estado que englobam as transacções que conduzem a variação de activos e passivos do Governo, como por exemplo, a amortização de empréstimos internos e externos (passivos), os acordos de retrocessão as empresas, a participação do Estado no capital social de empresas (activos), entre outras.

4.9. Resumo da Afectação de Recursos

119. O quadro abaixo apresenta o total dos recursos de afectação interna, para as despesas de funcionamento e de investimento em conjunto por âmbitos.

Quadro 18. esumo da Distribuição do Total da Despesa

<i>Em Milhões de Meticais</i>	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
			Previsão					Previsão		
	Central	54,024	64,254	68,268	75,815	82,049	56.0%	55.9%	55.3%	55.4%
Órgãos Locais	39,501	47,194	51,159	56,295	61,404	41.0%	41.1%	41.4%	41.2%	41.4%
Provincial	21,888	26,119	28,715	31,760	35,049	22.7%	22.7%	23.3%	23.2%	23.6%
Distrital	17,613	21,075	22,444	24,534	26,355	18.3%	18.3%	18.2%	17.9%	17.8%
Autárquico	2,866	3,489	4,006	4,665	4,912	3.0%	3.0%	3.2%	3.4%	3.3%
Total	96,390	114,937	123,433	136,774	148,365	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

120. O CFMP 2014-2016 apresenta limites globais para as despesas de funcionamento e investimento. A partir destes limites globais, será feita a afectação de recursos para cada Unidade Gestora Executora (UGE) respeitando os limites atribuídos.

121. Para salvaguardar a estabilidade económica e monetária e de modo assegurar a sustentabilidade do financiamento das despesas públicas, é necessário garantir o equilíbrio orçamental. O mapa de equilíbrio que se ilustra a seguir, traduz a igualdade absoluta entre todas as receitas e despesas previstas neste cenário. Mostra a consistência que existe entre os recursos disponíveis para o período 2014 – 2016 e despesa que se prevê realizar.

Quadro 19. Mapa de Equilíbrio Orçamental

	<i>Em Milhões de Meticals</i>				
	2012	2013	2014	2015	2016
			<<Previsão>>		
Total de Recursos	139,150	174,955	190,212	211,763	239,253
Recursos Internos	101,765	117,535	131,022	151,853	175,625
Recursos Externos	37,385	57,420	59,190	59,910	63,628
Total de Despesas (incl. Op. Financeiras)	139,150	174,955	190,212	211,763	239,253
Despesas Correntes	82,126	96,962	112,607	125,974	144,082
Despesas de Investimento	50,479	69,425	68,999	76,264	84,569
<i>Componente Interna</i>	<i>24,738</i>	<i>30,780</i>	<i>39,290</i>	<i>43,257</i>	<i>50,527</i>
<i>Componente Externa</i>	<i>25,741</i>	<i>38,645</i>	<i>29,709</i>	<i>33,006</i>	<i>34,041</i>
Operações Financeiras	6,276	8,266	8,285	9,183	10,238

Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2013

122. Maior parte destes recursos será garantida pelos recursos internos que representarão em média cerca de 70 % do total dos recursos em 2014. A parte remanescente que perfaz o valor total de recursos são os recursos externos, que passam de 33% em 2013 para cerca de 31% em 2014. O valor total dos recursos abrange todas as despesas sectoriais e territoriais de funcionamento, investimento e em operações financeiras do Estado, incluindo os Encargos Gerais do Estado.

4.10. Análise dos Riscos Fiscais

123. Os riscos fiscais classificam-se em duas categorias: riscos fiscais orçamentais e de dívida.

124. O risco orçamental diz respeito à possibilidade de ocorrência de eventos com impacto na receita e despesa projetadas no CFMP 2014 -2016, resultando em diferenças entre a afectação de recursos patente no presente CFMP e a afectação efectivamente verificada no OE 2014. No caso das receitas, os riscos se referem à não concretização das situações e parâmetros utilizados na sua projecção. No caso da despesa, o risco é que se verifiquem variações no seu valor em função de mudanças posteriores à alocação inicialmente prevista no CFMP. Os eventos que poderão provocar discrepâncias são:

No caso de riscos decorrentes da previsão da receita:

- ✓ O nível de actividade económica;
- ✓ A conjuntura macroeconómica internacional,
- ✓ A taxa de câmbio

- ✓ Frustração na arrecadação de receitas;
- ✓ Arrecadação de receitas extraordinárias;
- ✓ Ocorrência de eventos naturais (cheias, secas, ciclones, entre outros).

No caso de riscos decorrentes da previsão da despesa:

- ✓ A conjuntura macroeconómica internacional
- ✓ A taxa de inflação
- ✓ A taxa de juros
- ✓ A taxa de câmbios
- ✓ Modificações legais que introduzam novas obrigações para o governo (decisões associadas a planos de carreiras e aumentos salariais, criação de novas instituições públicas);
- ✓ Ocorrência de eventos que demandem acções emergenciais por parte do governo.

125. Sendo observadas, estas situações ocasionam a necessidade de revisão das receitas e reprogramação das despesas, de forma a ajustá-las às disponibilidades de receita efetivamente arrecadadas.

126. O risco inerente a gestão da dívida pública decorre do impacto de eventuais variações das taxas de juros, de câmbio e de inflação nos títulos vencidos. Essas variações, quando verificadas, geram impacto na previsão inicial da despesa, pois provocam variações no volume de recursos necessários ao pagamento do serviço da dívida dentro do período orçamental. Além deste impacto directo, a maior volatilidade dessas variáveis altera o stock da dívida pública. Os riscos da dívida são especialmente relevantes, pois afectam a relação dívida líquida/PIB, considerado o indicador mais importante de endividamento do sector público.

IV. Considerações Finais

127. O CFMP é um instrumento fundamental no processo de preparação do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE). Com uma visão de médio prazo, o CFMP garante a previsibilidade de recursos para a continuidade da despesa dos exercícios anteriores e, permite em função do envelope de recursos (definidos no Quadro Macro) definir novas despesas públicas, através dos quais se estabelecem os limites indicativos.
128. Dada a volatilidade dos preços, os pressupostos apresentados neste cenário poderão sofrer alterações, caso se verificarem variações nas tendências dos principais indicadores, durante o processo de preparação do Plano Económico e Social e Orçamento de Estado para 2014, resultando numa alteração da afectação de recursos constantes no presente documento, reflectindo-se no PES e OE 2014.
129. A actualização dos pressupostos macroeconómicos no CFMP, visa fazer reflectir as mudanças conjunturais e estruturais actuais para garantir uma política fiscal mais estável; maior alocação criteriosa de recursos por áreas prioritárias; e, aplicação mais eficiente e efectiva dos recursos financeiros na prestação de serviços públicos.

Anexos

Anexo 1: Limites Globais Centrais

<i>Em Mil Meticais</i>	OE2013		CFMP2014		CFMP2015		CFMP2016	
Central								
Sector	<i>Inv. Inter</i>	<i>Bens e Ser.</i>	<i>Inv. Inter</i>	<i>Bens e Ser.</i>	<i>Inv. Inter</i>	<i>Bens e Ser.</i>	<i>Inv. Inter</i>	<i>Bens e Ser.</i>
Presidência	220,000	958,934	220,066	959,126	220,154	959,414	220,264	959,798
Gabinete do Primeiro Ministro	58,400	133,022	58,418	133,048	58,441	133,088	58,470	133,141
Assembleia da República	65,000	159,955	65,020	159,987	65,046	160,035	65,078	160,099
Justiça	492,256	470,086	492,403	470,180	492,600	470,321	492,847	470,509
Defesa	1,041,100	1,243,791	1,041,412	1,244,040	1,041,829	1,244,413	1,042,350	1,244,911
Interior	490,524	914,164	490,671	914,347	490,867	914,621	491,113	914,987
Sise	267,300	174,300	267,380	174,335	267,487	174,387	267,621	174,457
Negócios Estrangeiros e Cooperação	149,423	287,945	149,468	288,003	149,528	288,089	149,603	288,205
Função Pública	62,500	42,259	62,519	42,267	62,544	42,280	62,575	42,297
Administração Estatal	671,005	116,903	671,206	116,927	671,475	116,962	671,811	117,009
Planificação	163,897	89,472	163,946	89,490	164,012	89,517	164,094	89,552
Estatística	35,000	10,560	35,011	10,562	35,025	10,565	35,042	10,570
Finanças	1,117,542	562,934	1,117,877	563,047	1,118,324	563,216	1,118,884	563,441
Trabalho	122,000	85,100	122,037	85,117	122,085	85,143	122,146	85,177
Ambiente	74,778	39,662	74,800	39,670	74,830	39,682	74,868	39,697
Agricultura	1,662,908	78,067	1,663,407	78,083	1,664,072	78,106	1,664,904	78,137
Pescas	114,282	75,524	114,316	75,539	114,362	75,562	114,419	75,592
Recursos Minerais	54,184	25,213	54,200	25,218	54,222	25,226	54,249	25,236
Energia	271,500	38,120	271,581	38,127	271,690	38,139	271,826	38,154
Indústria e Comércio	411,301	63,421	411,424	63,434	411,589	63,453	411,795	63,478
Turismo	188,782	35,198	188,838	35,205	188,914	35,216	189,008	35,230
Transportes e Comunicação	339,303	118,676	339,405	118,700	339,541	118,735	339,710	118,783
Obras Públicas e Habitação	3,824,181	101,147	3,825,328	101,167	3,826,859	101,197	3,828,772	101,238
Educação	1,271,305	755,605	1,271,687	755,756	1,272,196	755,983	1,272,832	756,285
Ciência e Tecnologia	125,349	146,294	125,386	146,323	125,437	146,367	125,499	146,426
Juventude e Desportos	133,850	110,802	133,890	110,824	133,944	110,857	134,011	110,902
Cultura	119,223	66,176	119,259	66,189	119,307	66,209	119,366	66,235
Saúde	1,040,000	2,128,159	1,040,312	2,128,585	1,040,728	2,129,223	1,041,248	2,130,075
Combatentes	51,399	18,086	51,414	18,090	51,435	18,095	51,461	18,102
Mulher e Acção Social	47,000	43,432	47,014	43,441	47,033	43,454	47,056	43,471
Total Central	14,685,292	9,093,007	14,689,698	9,094,825	14,695,573	9,097,554	14,702,921	9,101,193

Anexo 2: Lomites Globais Provinciais

<i>Em Mil Meticais</i>	OE2013		CFMP2014		CFMP2015		CFMP2016	
Províncias								
Províncias	<i>Inv. Inter</i>	<i>Bens e Ser.</i>	<i>Inv. Inter</i>	<i>Bens e Ser.</i>	<i>Inv. Inter</i>	<i>Bens e Ser.</i>	<i>Inv. Inter</i>	<i>Bens e Ser.</i>
Niassa	206,439	237,316	241,071	266,268	289,556	304,486	356,465	354,424
Cabo Delegado	298,416	324,750	345,207	363,868	410,714	415,504	501,114	482,975
Nampula	834,323	603,817	924,737	679,404	1,051,317	779,180	1,225,996	909,553
Zambézia	794,542	410,632	892,695	492,690	1,030,110	601,007	1,219,743	742,541
Tete	352,407	479,784	400,665	520,129	468,227	573,384	561,463	642,972
Manica	222,633	359,595	263,959	394,144	321,816	439,749	401,658	499,340
Sofala	536,899	578,441	583,313	617,244	648,292	668,463	737,964	735,391
Inhambane	206,440	304,177	243,532	335,186	295,460	376,118	367,121	429,603
Gaza	414,234	305,359	445,861	331,799	490,138	366,701	551,242	412,306
Maputo	300,133	295,649	326,534	317,720	363,494	346,854	414,500	384,923
Cidade de Maputo	142,907	423,733	158,924	437,123	181,347	454,798	212,292	477,894
Total para Província	4,309,373	4,323,252	4,826,498	4,755,577	5,550,472	5,326,246	6,549,557	6,071,921
Total	18,994,665	13,416,259	19,516,195	13,850,403	20,246,046	14,423,800	21,252,479	15,173,114

Anexo 3: Limtes Globais Distritais

UGB	Limite 2013			Limite 2014		
	Infraest.	FDD	Total	Infraest.	FDD	Total
Total Niassa	143,561	131,872	275,433	155,046.3	140,443.2	295,489.5
Total Cabo Delgado	165,623	146,981	312,604	178,873.3	156,534.5	335,407.9
Total Nampula	298,914	221,586	520,500	322,826.8	235,989.1	558,815.9
Total Zambezia	271,666	184,923	456,588	293,399.0	196,942.6	490,341.5
Total Tete	154,995	120,358	275,353	154,995.1	120,358.0	275,353.1
Total Manica	135,928	95,741	231,669	135,927.5	95,741.0	231,668.5
Total Sofala	127,871	111,827	239,698	127,871.5	111,827.0	239,698.5
Total Inhambane	172,072	131,738	303,810	172,071.9	131,737.7	303,809.6
Total Gaza	152,693	113,002	265,695	152,693.1	113,002.0	265,695.1
Total Maputo Provincia	75,130	65,132	140,262	75,130.3	65,132.0	140,262.3
Total Maputo Cidade	8,375	14,000	22,375	9,045.0	14,910.0	23,955.0
Global	1,706,829	1,337,159	3,043,987	1,777,879.9	1,382,617.1	3,160,497.0